

VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

ISCSP-UTL, Lisboa, 1-3 de Março de 2012

Secção 1: Sociedade e Política Portuguesa

Painel: Portugal emergente – realidades e tendências

Moderador: Prof. Doutor Carlos Leone

Oradores:

Eduardo Pereira Correia

Os poderes simbólicos do Presidente da República

Inês Amador

Pós-Institucionalismo: entre o descrédito institucional e o neoactivismo

Teresa Costa Simões

As políticas de Regulação em Portugal

Rui Estêvão Alexandre

A Regionalização em Portugal – traços de um projecto de legitimação política

Catarina Gama

Política de Língua Portuguesa: panoramas e desafios

Resumo

Na sociedade portuguesa actual persistem aspectos com relevância para a compreensão do sistema político que, por não estarem ainda suficientemente estudados, constituem zonas significativas da investigação do campo científico da Ciência Política. O estudo dos poderes presidenciais tem sido desenvolvido em torno de uma análise circunscrita aos seus atributos formais e constitucionais, pelo que uma abordagem focada nos poderes simbólicos do Presidente da República, incipientemente estudados, configura uma nova interpretação científica acerca das competências informais da figura presidencial. À semelhança dos poderes presidenciais simbólicos, também as abordagens pós-institucionalistas têm tido pouca visibilidade e um exíguo desenvolvimento académico, nomeadamente na análise dos novos movimentos sociais que surgem à margem das instituições. Importa ainda considerar as transformações das instituições na sociedade portuguesa que decorrem da introdução de sofisticados sistemas de regulação, que se têm vindo a materializar na figura das entidades reguladoras independentes. Finalmente, o discurso sobre o processo de regionalização envolve a necessidade de afirmação da legitimidade política, constituindo esta realidade, conjuntamente com a importância do entendimento da forma como a língua portuguesa e a sua projecção são encaradas, quer local quer globalmente, o objecto deste painel.

Título da comunicação: Os Poderes Simbólicos do Presidente da República

Autor: Eduardo Pereira Correia

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

FCSH-UNL – Doutorando em Ciência Política

Nota biográfica

Professor Assistente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Investigador do Observatório Político e Membro do Conselho Editorial da Revista Portuguesa de Ciência Política. Actualmente a desenvolver o Doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH-Universidade Nova de Lisboa) e Licenciado em Ciência Política pela Universidade Lusíada de Lisboa (melhor aluno do curso). Tem como domínios de especialização as áreas de Instituições e Processos Políticos, Políticas Públicas, Elites Políticas e Estudos Eleitorais.

Resumo da comunicação

Ao longo do processo democrático em Portugal, a figura do Presidente da República Portuguesa sofre uma metamorfose. Partiu de uma magistratura de elevada utilização dos poderes presidenciais geradora de um forte intervencionismo no regime, até ao desenvolvimento de uma política de moderação e arbitragem. Analisaremos as condições de poder e de exercício do poder político no sistema semi-presidencial português, a par de uma caracterização detalhada dos poderes presidenciais simbólicos em Portugal, que atingem hoje um papel essencial na coabitação política. A partir da observação do perfil biográfico e político, e dos processos eleitorais de cada presidente, visamos compreender a execução dos princípios de intervenção, cooperação e magistratura de influência que conferem um lugar de destaque, sobretudo ao nível dos poderes simbólicos, ao Presidente da República. A interpretação destes poderes no exercício presidencial configura um novo entendimento sobre os fundamentos essenciais que alicerçam o sistema político português no processo de maturação da democracia portuguesa.

Título da comunicação:

Pós-institucionalismo: entre o descrédito institucional e o neoactivismo

Autor: Inês Amador

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Membro efectivo estudante

Mestranda em Ciência Política no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-UL)

Nota biográfica

Mestranda em Ciência Política no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-UL); Licenciada em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL); frequentou a Universidade Complutense de Madrid, no âmbito do programa Erasmus. Estagiou no Centro de Informação Europeia Jacques Delors (2010-2011). Membro do Núcleo de Ciência Política do ISCSP-UTL; Participou na “Cimeira dos Objectivos do Milénio”, patrocinada pela Amnistia Internacional e pela Associação das Nações Unidas Portuguesas. Os seus principais interesses de investigação são atitudes e comportamentos políticos, teorias do Estado, política comparada.

Resumo da comunicação

Nas últimas décadas tem-se assistido a um declínio da efectividade das instituições políticas e sociais com um correspondente aumento da desconfiança dos cidadãos. O mundo institucional viu-se descaracterizado por iniciativa própria ou devido a constrangimentos exteriores. A preocupação central no desenvolvimento das democracias representativas europeias não se efectivou na proximidade entre representantes e representados, nem na participação alargada aos cidadãos nas decisões, mas sim na necessidade de criar um funcionalismo institucional concreto, dotado de responsabilidade e com capacidade decisória. A existência deste formato tradicional de funcionalismo durkheimiano é, no entanto, fortemente questionada num contexto de expansão cultural, económica e social. O recente contexto político tem revelado a emergência de novos movimentos sociais na Europa, com momentos de activismo em Portugal. A pluralidade de exigências sociais, que nesta comunicação reconhecemos, conduz à necessidade de utilizar uma abordagem capaz de, através de estudos de medição dos níveis de confiança nas instituições, oferecer alternativas integradoras.

Título da comunicação: As Políticas de Regulação em Portugal

Autor: Teresa Costa Simões

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigadora Associada

Nota biográfica

Investigadora do Observatório Político e Professora de Economia. Pós-Graduada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, É actualmente Mestranda na área de especialização de Ciência Política (FCSH-UNL). Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, com frequência do último ano na Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Tem como domínios de especialização as áreas de Políticas Públicas e Economia Política.

Resumo da comunicação

Num momento em que se questionam as formas de intervenção estatal no seio das relações económicas e sociais e se critica a actuação dos organismos reguladores nas mais diversas áreas, importa perceber as mudanças que se têm vindo a processar. Na Europa, a regulação surgiu nas últimas décadas como consequência de um processo de reconfiguração do Estado, com especial relevância para a criação das entidades reguladoras independentes dos governos. Em Portugal, a adopção de políticas de regulação seguiu o desenho institucional em voga, apesar de uma adopção mais tardia, e por vezes mais entusiasta na sua aplicação, indo mais longe em diversos domínios. No cenário actual, a regulação sugere a transformação da vocação do Estado, mas os constrangimentos decorrentes das forças que actuam no mercado e da mundialização da economia podem constituir factores de reflexão sobre o modelo adoptado. Pretendemos explorar estes factores e perceber como evoluirão as políticas de regulação em Portugal.

Título da comunicação: A Regionalização em Portugal – traços de um projecto de legitimação política

Autor: Rui Estêvão Alexandre

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

CAPP – Investigador

Nota biográfica

Doutorando em Ciência Política (FCSH-UNL), Investigador do Observatório Político, Mestre em Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL), Investigador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas e Conferencista de Políticas Públicas no Mestrado não Integrado em Ciência Política e Relações Internacionais da FCSH-UNL (2011).

Resumo da comunicação

A definição de um mapa político-administrativo em Portugal é matéria cuja análise remonta à primeira metade do século XIX, momento em que após aturado debate, o país ficaria dividido com base na constituição de três tipos de unidades orgânicas – distritos, concelhos e freguesias. Esta configuração viria a manter-se de forma inalterada até aos dias de hoje. Todavia, antes desta concretização do mapa administrativo de 1832, já Mouzinho da Silveira tinha criado uma divisão composta por três níveis distintos de organização administrativa, que dividia o país em *províncias*, *comarcas* e *concelhos*, seguindo o modelo de divisão administrativa desenvolvido em França por Napoleão.

Considerados os dois projectos expostos, bem como a criação e extinção de municípios e freguesias, concluímos que dois séculos após o primeiro grande esforço para organizar administrativamente o território nacional pouco significativos terão sido os avanços alcançados. Importa compreender se a estrutura actual e o *status quo* entre os diferentes níveis administrativos existentes é funcional e se a criação de um outro nível, o Regional, trará ganhos de eficiência e eficácia ao processo político. Face a propostas de mudança, há ainda que considerar se a realidade social, económica e política está em condições de sofrer mutações ao nível do seu equilíbrio de forças.

Título da comunicação: Política de Língua Portuguesa: panorama e desafios

Autor: Catarina Gama

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigadora Associada

FCSH-UNL - Doutoranda em Ciência Política

Nota biográfica

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (área de especialização de Globalização e Ambiente) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciada em Língua e Cultura Portuguesa (LE) pela FLUL. Áreas de Investigação – Políticas Públicas, Política de Língua, Aquisição de L2, Edição de materiais didáticos para o ensino de PLE/PL2/PLNM.

Resumo da comunicação

A trajetória da promoção das línguas tem afirmado o seu valor estratégico (que não estritamente linguístico), apresentando-se (algumas delas) como um instrumento de unidade política nacional e transnacional, clarificando a sua posição face às outras línguas dominantes e potenciando (para atrair) o conhecimento da língua enquanto reflexo de um modo de estar e de ser específico dos seus falantes. No caso do português, muito se tem discutido sobre a solidez e legitimidade de uma política de língua. Não obstante, prioridades estratégicas têm sido traçadas pelos órgãos difusores e promotores portugueses. Questionamos o desempenho institucional relativo à internacionalização da língua portuguesa, enquadrando-o à luz: dos vários níveis e práticas de ensino em que se move; dos instrumentos de trabalho de que dispõe; dos níveis de adequação às “necessidades do terreno” que constitui; da concertação diplomática cultural que partilha; da cooperação internacional que fomenta; e dos desafios que encara.